PROJETO DE LEI

Ementa: Modifica a Lei nº 16.745/2002, que dispõe sobre a realização de audiências públicas e dá outras providências.

Matéria da proposição

Art. 1º Os arts. 3º, 5º, 7º, 11, 12, 13 e 15 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 1º A convocação das audiências públicas também é atribuição das Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara Municipal do Recife, bem como das Frentes Parlamentares instituídas com propósitos específicos.

§ 2º Qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil poderá solicitar a convocação de audiência pública para a discussão de tema de relevância pública, cabendo ao presidente dos colegiados de que trata o § 1º deste artigo a responsabilidade pela decisão de deferir ou não o pedido, considerando-se a viabilidade e a oportunidade do procedimento.

.....
Art. 5º

.....
Parágrafo único. No caso da Câmara Municipal, a convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data do evento, por meio de publicação no Diário Oficial do Município, de avisos afixados na sede da Câmara Municipal do Recife, por sítio oficial do Poder Legislativo Municipal na rede mundial de computadores e, facultativamente, por outros meios que se mostrem adequados.

.....
Art. 7º *A inscrição de expositores, interessados em se manifestar verbalmente durante a audiência, deverá ser realizada até a data, local e horário fixados pela Prefeitura ou Câmara Municipal, podendo ser pessoalmente, por ofício, internet, telefone ou via fax.*

.....
Art. 11.

Parágrafo único. Os debates orais serão registrados, quando possível, em áudio ou vídeo, devendo ser disponibilizados no sítio oficial da Câmara Municipal do Recife na rede mundial de computadores.

.....
Art. 12

§ 2º É vedada qualquer forma de discriminação dos participantes, bem como a solicitação ou oferecimento de qualquer tipo de vantagem, seja ela financeira ou não.

.....

Art. 13.

.....
§ 6º Caberá ao presidente do colegiado, onde a audiência pública será realizada, a coordenação dos trabalhos, a formação da mesa e o cumprimento do rito previsto no instrumento convocatório.

.....
Art. 15. A Prefeitura ou a Câmara Municipal deverá fornecer aos interessados informações sobre o assunto que será objeto da reunião da audiência pública, e/ou fornecer documentos, podendo ressarcirem-se do custo desse fornecimento.”

Art. 2º Inclui os artigos 16, 17, 18, 19, 20 e 21, com a seguinte redação:

“Art. 16. Os procedimentos previstos nesta lei serão orientados pelos princípios da participação popular, do contraditório, da legalidade, da transparência, da motivação, da oficialidade, da simplicidade, da gratuidade e dos que lhes são correlatos.

Art. 17. As audiências públicas não substituem, nem impedem a utilização de outros instrumentos participativos, como as consultas públicas, as reuniões solenes, entre outros.

Art. 18. São direitos dos cidadãos:

I - o acesso a todas as informações relacionadas às audiências públicas e aos temas nela discutidos;

II - o conhecimento prévio do rito a ser seguido e pauta a ser discutida;

III - o acesso ao registro de todos os atos e documentos produzidos nas audiências públicas;

IV - a manifestação oral na forma fixada pelo rito; e

V – a obtenção da resposta da autoridade quanto às contribuições e ponderações realizadas.

Art. 19. São deveres dos cidadãos e dos agentes públicos:

I - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

II - prestar informações que lhes forem eventualmente solicitadas e pertinentes aos debates;

III - expor os fatos relativos à audiência;

IV - respeitar o rito aplicável à audiência;

V - respeitar as decisões proferidas pelo responsável por presidir os trabalhos;

e

VI - privilegiar valores democráticos.

Art. 20. As informações e documentos imprescindíveis ao debate serão compostas, no mínimo, por:

I - documentação técnica, inclusive as normas vigentes e pertinentes ao tema em pauta;

II - mapas, tabelas e organogramas eventualmente necessários à compreensão do assunto discutido;

III - relatório simplificado, resumindo as principais informações pertinentes ao que será debatido, de forma clara e concisa; e

IV - rito a ser seguido para manifestação dos presentes.

Art. 21. Será possível a utilização de equipamentos privados quando da indisponibilidade ou inadequação daqueles disponibilizados pelos Poderes Executivo e Legislativo.”

Art. 3º O art. 16 da Lei nº 16.745/2002 passa a ser o art. 22.

Art. 4º Revoga-se o art. 17 da Lei nº 16.745/2002.

JUSTIFICATIVA

O projeto que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade atualizar a lei municipal que trata da realização das audiências públicas na Cidade do Recife. Foram incluídos alguns dispositivos nos artigos já existentes e acrescidos novos procedimentos.

Entra as alterações ora propostas, cite-se a ampliação da competência quanto à convocação das audiências públicas, a definição dos direitos e deveres de cidadãos e agentes públicos, a inclusão de outros instrumentos participativos, o detalhamento das informações e documentos imprescindíveis ao debate, a inclusão dos princípios norteadores, entre outras.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste projeto de lei.